

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA

LANÚCIO VIEIRA RAMOS

**A PERDA DA AUTORIDADE DOS PROFESSORES:
UM ESTUDO DE CASO DE UM PROFESSOR DE FÍSICA.**



UBERLÂNDIA – MG

2011

Lanúcio Vieira Ramos

**A perda da autoridade dos professores:
Um estudo de caso de um professor de física**

Monografia submetida ao Curso de
Licenciatura em Física – Universidade
Federal de Uberlândia para a obtenção
do grau de Licenciatura em Física.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Peres
de Andrade

UBERLÂNDIA – MG

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Curso de Física - Licenciatura

APROVAÇÃO - DEFESA TCC

FI : 87440

ALUNO: LANÚCIO VIEIRA RAMOS

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

*"A PERDA DA AUTORIDADE DOS PROFESSORES:
UM ESTUDO DE CASO DE UM PROFESSOR DE FÍSICA"*

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 29 de junho de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo César Peres de Andrade – Orientador
Instituto de Física - UFU

Prof. Dr. Ademir Cavalcante
Instituto de Física - UFU

Prof. Dr. Noelio Oliveira Dantas
Instituto de Física - UFU

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois a Ele devem ser dadas toda a glória, a honra e o reconhecimento de que sozinhos não damos conta! Ele me guiou por caminhos aplainados, desta forma era sempre possível ver o fim dos desafios e acreditar que as dificuldades não podem nos subjugar, mas que elas são apenas obstáculos a serem vencidos e que trarão mais sabor à nossa vitória.

Em segundo lugar agradeço a minha esposa que sempre me apoiou a estudar, com ela eu fui mais longe, pois sempre acreditou em mim e que juntos seríamos capazes de vencer quaisquer desafios.

Aos meus colegas que foram pacientes, compreensivos e principalmente prestativos, com eles aprendi que sozinhos podemos andar mais rápido, mas unidos vamos mais longe.

Por último, ao Professor Paulo, meu orientador, pois sempre foi bastante responsável e animado durante a confecção desta monografia. Como orientador não me deixou andar sozinho e sempre apontou idéias e caminhos que tornaram muito mais fácil a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar quais fatores contribuem para a *perda de autoridade dos professores em sala de aula*. Para isso proposto realizou-se um estudo de caso na Escola Estadual Teotônio Vilela, situada no Bairro Planalto em Uberlândia - MG. Foram analisados questionários aplicados aos estudantes do terceiro ano do nível médio e ao seu professor de física. O trabalho alicerça-se em teorias que abordam a temática do relacionamento entre professores e alunos. A relevância do trabalho está no fato de que uma das maiores queixas dos professores relaciona-se à indisciplina, no entanto, esta não se manifesta somente na escola, mas está presente na sociedade como um todo.

Palavras chaves: Autoridade, autoritarismo e indisciplina.

ABSTRACT

This study aims to examine what factors contribute to loss of authority of teachers in the classroom. In order to obtain this aim was realized a case study in State School Teônio Vilela, located in Planalto district, Uberlândia – MG. We analyzed questionnaires given to students in third year high school and their physics teacher. The work is founded on theories that address the theme of the relationship between teachers and students. The relevance of the work is in fact of the major complaints of professors is associated to the lack of discipline, however it is not manifest only in school but it is present in all society.

Key words: authority, authoritarianism, indiscipline.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	EM BUSCA DE UM MODELO EDUCACIONAL	9
2	AUTORIDADE E AUTORITARISMO	11
3	A QUESTÃO DA INDISCIPLINA.....	14
4	ANÁLISES DOS QUESTIONÁRIOS	19
4.1	QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS	20
4.2	QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR	23
5	AS DIFERENTES RELAÇÕES DE AUTORIDADE.....	25
5.1	AUTORIDADE DO PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO	25
5.2	AUTORIDADE DO PONTO DE VISTA PSICOLÓGICO	27
5.2.1	VERGONHA E MORALIDADE NO CONTEXTO SOCIAL.....	27
5.3	AUTORIDADE COM VIÉS LIBERTADOR	30
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
8	ANEXOS.....	35
8.1	QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS	35
8.2	QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR	36

1 INTRODUÇÃO

A educação sempre foi um tema bastante discutido no Brasil, ela é reconhecidamente um dos pilares para o desenvolvimento de um País, através do ensino é possível formar trabalhadores, desenvolver a pesquisa e promover a construção de cidadãos capazes de entender a realidade de maneira crítica, pautando suas decisões não só na emoção, mas também na razão. Sem dúvida nenhuma, uma boa educação tem condições de transformar sonhos em realidade.

Para que um País possa ter uma boa educação é preciso que primeiro trace seus planos, suas metas, quais os objetivos específicos a serem alcançados e depois proponha um modelo, que é a maneira ou metodologia de ensino que será aplicada para que estas metas e objetivos específicos sejam alcançados. Ao longo do desenvolvimento do modelo surgirão os empecilhos, como evasão escolar, espaço físico inadequado, má formação dos professores, falta de verbas, falta de materiais, indisciplina, esta por sua vez, influencia diretamente a autoridade do professor e o relacionamento entre alunos e professores.

Ser professor nunca foi uma tarefa simples, porém hoje a prática docente tem sido mais complexa, o professor parece ter perdido a autoridade em sala de aula e esta questão tem se tornado particularmente problemática. Analisar as causas do problema é preocupação sobre a qual, hoje, se debruçam todos os que estão envolvidos com educação, que desejam uma escola de qualidade. É claro que são inúmeros, e interdependentes, os elementos que concorrem para a atual situação educacional brasileira. Com a abertura democrática e desde alguns anos atrás, instalou-se em nossa sociedade, e de maneira especial em nossas escolas, a convicção de que os estudantes cada vez mais se tornam indisciplinados e mal-educados, comportando-se de forma inadequada no ambiente escolar, protagonizando inclusive agressões verbais e físicas, furtos e destruição do mobiliário, etc. Desta forma, a prática docente tem se tornado mais difícil e algumas vezes o professor acaba impedido de exercer sua prática educativa.

É necessário e essencial à educação estabelecer limites e valorizar a disciplina, e para isso é necessária a presença de uma autoridade saudável. Uma

autoridade não autoritária, diferente do autoritarismo, pautada no respeito à auto-estima do aluno que possa contribuir para que se torne uma pessoa mais educada, disciplinada e criativa.

As instituições de ensino não podem partir do princípio de que o fato do estudo ser essencial às pessoas, em todos os aspectos da vida moderna, estas tenham a obrigação de estudar e se não o fizerem, arcarão com as conseqüências de sua indisciplina e escolha. Assim, estas instituições acabam se omitindo em seu papel formador e disciplinador.

É importante que os professores, no desenvolvimento de sua docência, entendam os limites da disciplina de uma maneira realista, mostrando que professor é o educador, e não pode se esquivar da tarefa de apontar na medida certa os limites para que os jovens se desenvolvam bem e consigam viver em harmonia. Para isso, é fundamental descobrir quais os fatores que têm contribuído para a perda de autoridade dos professores em sala de aula. Estes fatores não se encontram isolados no ambiente escolar, a sociedade como um todo, o meios de comunicação e a própria família também integram estes fatores e contribuem para esta perda. Por exemplo, as crianças aprendem a comportar-se em sociedade ao conviver com outras pessoas, principalmente com os próprios pais e a maioria dos comportamentos infantis é aprendida por meio da limitação, observação e experimentação.

Objetiva-se neste trabalho: Refletir sobre os fatores contribuintes para a perda da autoridade dos professores, um estudo de caso de um professor de física; através de pesquisa bibliográfica, entrevistas pessoais e de um questionário fornecido aos alunos e ao professor do ensino médio. Contrapondo alguns referenciais teóricos, refletiremos a respeito do processo educacional e de fatores que contribuem para a perda da autoridade do professor. Comparando as várias óticas, trabalharemos a questão da formação do professor, sua metodologia de ensino, a maneira como os alunos enxergam os professores para entendermos o quanto a atitude do professor e dos alunos afetam neste processo de perda de autoridade.

Visando os objetivos citados, reporta-se esta monografia às seguintes questões norteadoras:

- Verificar a opinião dos professores no que diz respeito à perda de autoridade dos mesmos em sala de aula;
- Discriminar quais os fatores que, na opinião dos alunos, comprometem a autoridade dos professores em sala de aula;
- Saber qual o ponto de vista do professor na relação de poder professor-aluno;
- Saber qual o ponto de vista do aluno na relação de poder professor-aluno.
- Investigar se a formação continuada do professor influencia no desenvolvimento de sua autoridade;
- Relacionar o quanto a liderança ou exemplo do professor interferem em sua autoridade.
- Conhecer os motivos que têm levado os professores de física a perderem autoridade em sala de aula.

1.1 EM BUSCA DE UM MODELO EDUCACIONAL

O modelo educacional brasileiro sofreu diversas transformações nos últimos sessenta anos. Nos anos sessenta e setenta, com um caráter mais autoritário, haja visto que o país atravessava uma ditadura militar, a repressão ainda era grande, tanto fora das escolas como dentro delas. Nessa época era comum o uso das palmatórias e castigos mais duros para “educar” os alunos, era uma época de poucos diálogos entre professores e alunos, o professor figurava autoridade e devia ser respeitado pelo seu papel de mestre e era muitas vezes temido.

Com o fim do regime militar e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 um novo regime político surgia, o governo democrático. Diversas foram as mudanças em todos os aspectos da sociedade brasileira e, é claro, que a educação não ficou de fora. Um novo modelo de ensino foi e ainda está aos poucos sendo implantado, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado, a agressão física e/ou moral ao aluno podem ser considerados crimes de constrangimento ou até mesmo

crime de lesão corporal como preconiza o Código Penal Brasileiro. Muitas mudanças influenciaram diretamente o ensino brasileiro e outras o afetaram indiretamente.

Em sala de aula um professor pode se comportar como um transmissor de conhecimento, de um ponto de vista estreito, mecânico, onde a prática profissional se resume em transferir conhecimento aos alunos. Porém pode permitir que o conhecimento não seja apenas transferido e sim construído e compreendido, sendo assim o professor deve despertar a curiosidade crítica do seu aluno para que descubra e redescubra a beleza a respeito dos fatos, dando um caráter contínuo ao processo de ensino-aprendizagem. Mas até que ponto as teorias educacionais influenciam no desenvolvimento da autoridade, bem como da autonomia do professor em sala de aula e, principalmente o quanto a não aplicação e desconhecimento destas teorias podem comprometer sua autoridade?

A lei de diretrizes e base da educação e mudanças internas nas escolas modificou a relação de poder entre professor e aluno, como é o caso do Projeto Acelerar para Vencer (PAV) desenvolvido nas escolas estaduais de Minas Gerais, que reúne diversos alunos de idades e séries diferentes em uma mesma sala de aula, sendo que cada semestre corresponde a um ano letivo do ensino básico. Devido ao fato da turma ser bastante heterogênea, isto acaba dificultando o planejamento e a própria prática de aulas, o que pode inclusive levar os alunos a questionarem a competência do professor, não reconhecendo sua autoridade para dar aula.

Claro que a perda de autoridade também é fruto de mudanças externas à escola, tanto no âmbito familiar quanto político, social e econômico. O relacionamento familiar, condições de moradia, poucos investimentos. As aspirações de muitos jovens, em alguns casos, também impedem que os mesmos se submetam a autoridade de outras pessoas ligadas ao seu convívio escolar e familiar, como é o caso de jovens que em entrevistas televisivas dizem que sonham em se tornarem traficantes de "sucesso". Cabe à escola despertar e transformar sonhos dignos de cidadãos realizarem.

Todos esses fatores, dentre outros numa sociedade cada vez mais violenta, podem inibir a figura de autoridade do professor e o fato é que cada vez

mais os meios de comunicação de massa divulgam matérias onde alunos têm agredido professores, danificado os seus patrimônios, entrado armados na escola, ameaçado professores entre outras coisas que contribuem para que haja um aumento do número de professores licenciados por motivos de saúde física ou psicológica. Segundo pesquisa do "SMALL WORLD NEW SERVICE" – SWNS de 11/03/2010, a atividade de professor está entre as dez mais estressantes do mundo.

2 AUTORIDADE E AUTORITARISMO

Partindo do princípio de que o trabalho pedagógico pressupõe uma *relação assimétrica de poder, ou seja, quem ensina deve exercer autoridade sobre quem aprende*, convém que compreendamos o que é autoridade segundo a visão de vários autores.

Por exemplo, o significado da palavra segundo o novo dicionário Aurélio da língua portuguesa: "autoridade. [Do lat. Auctoritate.] **S.f.** 1. Direito ou poder de se fazer obedecer, de dar ordens, de tomar decisões, de agir, etc. 2. Aquele que tem tal direito ou poder. 3. Os órgãos do poder público. 4. Aquele que tem por encargo fazer respeitar as leis; representante do poder público. 5. Poder atribuído a alguém; domínio: autoridade paterna. 6. Influência, prestígio; crédito. 7. Indivíduo de competência indiscutível em determinado assunto: F. é uma autoridade em física nuclear. 8. Permissão, autorização."

A autoridade do professor é uma função social, estabelecida legalmente pelas instituições de ensino, onde o mesmo deve possuir domínio dos conteúdos de sua disciplina, sendo assim, a autoridade pressupõe uma relação hierárquica, onde, no caso de uma sala de aula, o professor tem como função agir, dar ordens, e tomar decisões que se referem ao "bom" andamento do processo de ensino-aprendizagem, e o aluno as segue desde que elas sejam justas e se mostrem eficazes (La Taille, 1999:14).

Segundo Arendt (1972/2001), autoridade é tudo que faz com que as pessoas obedeçam. Assim, na instituição escolar, uma pessoa, investida da função

de professor, adquire o poder de determinar as ações dos alunos, que legitimam esse poder, pois trazem de casa, ou adquire rapidamente, a imagem do professor como autoridade legitimada pela escola.

Porém é importante diferenciar autoridade de autoritarismo, pois muitas vezes estes conceitos são confundidos e assim igualados, levando professores a serem autoritários em sala de aula não permitindo que os alunos se posicionem em relação a diversas questões que ocorrem no contexto escolar. De acordo com essa visão, o aluno se cala, não por crer na autoridade docente, mas por temer as punições e ameaças (implícitas ou explícitas) do professor autoritário. Dessa forma, a relação professor-aluno se enfraquece diariamente, degradando o processo de ensino-aprendizagem nessa batalha desigual, onde o primeiro tem todas as armas contra o segundo que muitas vezes não tem como se defender.

Novais (cit. In Furter 2004), "longe de ser um mal que cause vergonha aos adultos, a autoridade é uma garantia da estabilidade do mundo que os cerca, já que essa mantém um ambiente que tranquiliza a criança (ou o adolescente no caso de ensino médio) e garante o objetivo da ação pedagógica".

Por outro lado, Lobrot (1977:26) de certa forma, apresenta uma visão negativa da autoridade. Ele a define como um sistema que permite a alteração da vontade do outro, conduzindo-o ao ponto que se deseja. De acordo com essa visão, a autoridade se contrapõe à liberdade, sendo vista como algo que visa se impor ao outro, com o objetivo de inculcar, com ou sem a sua cooperação, idéias, crenças, hábitos e normas que pertencem à cultura na qual os sujeitos estão inseridos (Davis e Luna, 1991:66-67). Isto pode ser atingido pela repressão ou pela coerção, isto é, pelo direcionamento da ação por meio de ameaças ou recompensas.

A autoridade pode ser exercida de duas formas: pelo domínio ou pelo poder institucionalizado, como ocorre na instituição escolar, ou pelo prestígio daquele que demonstra possuir competência em determinado assunto. De acordo com essa visão, podemos crer que há dois tipos de autoridade: a autoritária, vinculada ao uso da força ou violência, e a por competência, que parte de uma admiração nutrida pelos subordinados a partir do prestígio e da capacidade (Araújo, 1999:41). É de extrema importância frisar que, apesar de ser uma forma de poder, a

autoridade não deve ser confundida com autoritarismo, ou seja, seu uso abusivo, pois ao se fazer obedecer por intermédio de castigos, punições, advertências, notas baixas e ameaças de reprovação, o professor consegue uma obediência que não será legitimada por seus alunos (La Taille, 1999:11).

Uma questão que está ligada à da autoridade é a noção de regras, não compreendidas como uma simples forma de agir habitual, mas sim como algo exterior que nos governa e que não podemos mudar conforme nossos próprios interesses. Novais (cit. In Durkheim 1974), na escola é preciso haver regras, que se constituem em um instrumento imprescindível da educação moral, cabendo ao professor impô-las, através da utilização de penalidades. Neste sentido, a idéia de regra remete à autoridade, entendida como um poder que age sobre nós, fazendo com que nos comportemos conforme suas prescrições, através de sua força e legitimidade (Setton, 1999). Logo, a autonomia de pensamento e ação - objetivo final da educação - é fruto da internalização de deveres e regras que, constitutivas de uma sociedade mais ampla, são vivenciadas diariamente no processo pedagógico, por intermédio da autoridade docente (Davis e Luna, 1991:69).

De acordo com essa concepção, a disciplina tem um papel preponderante, pois funciona como um dispositivo a ser incentivado pelo professor com o objetivo de assegurar os limites das vontades individuais e o controle dos impulsos egoístas de seus alunos, garantindo assim a ordem, a continuidade e o respeito à vida social (Setton, 1999:77). Dessa forma, a autoridade do professor é fundamental na aprendizagem (Davis e Luna, 1991), não advindo meramente da sua palavra ou do fato desse ser mais velho que seus alunos, mas sim da sua função social e pública, onde ele representa "formas de conhecimento e critérios de valor que são publicamente estabelecidos" (Carvalho, 1999: 58).

Assim, sua autoridade se constitui a partir de uma aliança entre conhecimento e experiência na condução da turma, pois, "para encaminhar seus alunos para a compreensão de um determinado conhecimento, torna-se necessário que o professor domine tanto o fenômeno como o processo de conhecer" (Aquino, 1999:140). De acordo com essa visão, embora seja imprescindível que o professor domine os conteúdos com os quais trabalha, somente sua qualificação não é garantia de autoridade, uma vez que esta se sustenta no papel social que o

professor assume ao ser responsável por inserir seus alunos em uma determinada cultura. Além disso, a autoridade se baseia no trabalho compromissado daquele que se propõe a ensinar algo a seus aprendizes (Lara, 1987:16). Por intermédio da autoridade do professor:

"Os alunos aprendem a regular seu próprio comportamento para garantir a apropriação do conhecimento escolar, no intuito de apreender criticamente a realidade, com o objetivo de transformá-la, isto é, tomam-se civilizados" (Davis e Luna, 1991:69).

3 A QUESTÃO DA INDISCIPLINA

Não há como falar de perda de autoridade sem falar sobre a questão dicotômica disciplina versus indisciplina. A indisciplina atualmente é um dos grandes motivos de reclamação dos professores e também motivo de desistência da prática docente. É comum em conversas com os professores ouvirmos as seguintes frases: "os alunos de hoje não querem nada", "eles não respeitam ninguém", "os alunos são muito *indisciplinados*". Estas entre outras queixas são muito comuns e isto nos remete a indisciplina na escola, e quais os seus possíveis motivos.

O comportamento de uma pessoa obedece a atitudes e valores mais ou menos internalizados. Os problemas de disciplina que se manifestam nos relacionamentos, inclusive nas escolas, em geral são um reflexo de uma crise de valores que tem se instalado em nossa sociedade. Em um mundo cada vez mais globalizado, a informação chega diariamente aos lares, mostrando uma infinidade de cenários, muitos contraditórios. Ao mesmo tempo, a família como instituição está demonstrando fortes mudanças, por exemplo, com a incorporação da mulher ao mercado de trabalho e a cada vez mais freqüente separação dos casais, o que de certa forma pode afetar o comportamento da criança que em alguns casos está no meio do "fogo cruzado" do divórcio, além disso, muitas crianças aprendem sobre a violência, maus tratos e falta de respeito com os mais velhos e pessoas próximas, etc.

"Ninguém desconhece que a falta do amparo familiar, mais precisamente a carência afetiva durante a infância, pode conduzir a uma deterioração integral da

personalidade, afetando também o comportamento" (Monteiro, 2008). Segundo ensinam os psicólogos, os comportamentos de cuidado maternos são tão indispensáveis para o futuro da criança que, na sua falta, se encontram as raízes fundamentais do desajuste infantil, que acaba no adulto desequilibrado. Quando o relacionamento familiar é precário, certamente influenciará nos relacionamentos sociais de seus membros, principalmente dos filhos.

Alguns pais não têm noção do mal que causam aos seus filhos quando não estabelecem limites claros para eles, atendendo todos os seus anseios sem questioná-los, crianças que não sabem controlar suas vontades provavelmente não saberão lidar com simples problemas do seu dia-a-dia de uma maneira disciplinada.

Segundo Tiba (1996, p. 43), quando falha o grande controlador, que é a família, representada na figura dos pais, os abusos começam a acontecer. E, quando um abuso é bem sucedido, ele se estende para o social, na delinquência, na compulsão pelas drogas, ou por outros comportamentos. Quando a família deixa o filho fazer sempre suas vontades, este com certeza terá problemas futuros. Esta forma de educar os filhos, baseado num amor que não estabelece as devidas restrições, dizendo com firmeza não e sim na hora certa, com explicações moderadas e objetivas está levando as crianças a se tornarem jovens dependentes, sem autocontrole e inseguros, muitas vezes incapazes de solucionar problemas que surgem na dinâmica de sua própria vida. Tendo em vista que o ser humano é por excelência insaciável, se os seus instintos de necessidades básicas exacerbadas não são trabalhados e contidos por regras e pulso firme de seus pais, quando adultos, estarão sempre insatisfeitos com sua própria vida e com o mundo.

"A ausência de limites, instituídas na educação familiar por pais demasiadamente tolerantes, fecunda conseqüências desastrosas, produzindo crianças indisciplinadas, extremamente agressivas, insolentes, rebeldes, por conseguinte vivem sempre em conflitos internos, demonstram insegurança em tudo que realizam, crescem ampliando paralelamente sentimentos nada plausíveis, como o egoísmo e a intolerância, pois estão sempre convictos de que as pessoas que os rodeiam, que mantêm contato independente de que seja sua mãe ou não, estarão a sua disposição para satisfazer suas necessidades". MONTEIRO (cit. In. Santos, 2002, p. 46).

Estas falhas de educação familiar podem formar um indivíduo indisciplinado em suas relações interpessoais, inclusive no contexto escolar que é um ambiente regado, não desempenhando com dignidade as suas atividades escolares e também fora da escola. Tiba (1996) comenta que a disciplina é algo vivo, que confere satisfação nos próprios atos de se organizar, de realizar e de colher. Cada etapa precisa ter a própria satisfação para animar a pessoa a seguir em frente.

No entanto, o professor, bem como o próprio Estado, também contribui para o aumento da indisciplina escolar, pois a criança chega a uma escola que ignorara toda a bagagem de valores trazida por esta criança, e que se centra unicamente nas aprendizagens científicas e ou acadêmicas, fracionando a realidade do indivíduo e impedindo o desenvolvimento de um sentido global e do complexo. Uma escola que não pretende ignorar, mas quase sempre ignora, o interesse e vivências reais dos estudantes e impõe uma ordem hierárquica e normas de comportamentos sobre a base de um princípio de autoridade. Deve ser lembrado também que a escola básica não possui o mesmo significado de algumas décadas atrás, pois hoje é pregado que nem a conclusão do ensino superior é garantia de emprego, muito menos ascendência social.

Devido a este cenário, e ainda levando em conta que o ensino fundamental é obrigatório no país, não nos surpreende que o estudante, particularmente na adolescência, apresente eventuais comportamentos indisciplinados, desrespeitosos e até mesmo violentos. Claro que a escola por si só não pode mudar as causas deste problema, no entanto, ela pode não contribuir para a ampliação dele, através de diálogos e principalmente um ambiente propício à recepção dos mais diversos alunos.

Aquino (1996) nos remete à responsabilidade da escola enquanto instituição, que não está preparada para receber o aluno que a procura hoje. Denuncia práticas excludentes da escola que, por si só e pelo confronto com os alunos, produz a indisciplina e, assim, aponta para uma não evolução da escola, diante das mudanças sócio-históricas. Dessa forma, Aquino (1996) discute que a escola passa a receber sujeitos não homogêneos, provindos de diferentes classes

sociais, com diferentes histórias de vida e com uma “bagagem” que, muitas vezes é negada pela escola.

Guimarães (1996) expõe que a escola está planejada objetivando homogeneizar as pessoas, pois, segundo ela, há quem acredite que quanto mais igual, mais fácil de dirigir, perdendo-se o grande potencial da diversidade. Guimarães (1996) expõe, ainda, que a escola tem mecanismos disciplinares que levam a disciplinarização dos comportamentos de alunos, professores e outros funcionários. Assim, aponta a indisciplina como uma possível forma de resistência por parte dos alunos que não se submetem às normas impostas pela escola.

Tiba (2002) define a disciplina escolar como sendo um conjunto de regras a serem obedecidas, tanto pelos professores quanto pelos alunos para que o ensino e a aprendizagem aconteçam. É a qualidade de relacionamento entre o corpo docente e o aluno no contexto escolar. Este autor ainda diz que, como em qualquer outro relacionamento humano, há dois fatores importantes no processo de disciplina. Primeiramente o professor, que precisa ter domínio do conteúdo e saber transmiti-lo, pois só assim ele será capaz de identificar as dificuldades que surgirem ao longo do processo de ensino e envolver seus alunos propiciando-lhes interesse. Com relação à postura do professor em sala de aula, ele não pode simplesmente fazer o que bem entender, deve existir um padrão de comportamento dos professores. Esse padrão defende a individualidade do professor e desrespeitá-lo significa transgredir as normas da escola.

O outro fator diz respeito ao aluno. Este necessita de motivação constante, pois quando interessado é mais receptivo, animado, empreendedor e conseqüentemente mais disciplinado.

Porém, além destes dois pontos o ambiente também interfere, pois salas escuras, carteiras quebradas, ausência de materiais, condições insalubres e muito barulho contribuem para a indisciplina em sala de aula. Isto nos leva a vislumbrar que o problema da indisciplina e conseqüentemente da perda de autoridade do professor também se relacionam com a administração escolar e não somente com os problemas familiares e ocorridos em sala de aula.

estabelecendo relações de segurança, pois não se aceita conselhos ou perguntas de quem não se confia. Nesta ótica é perceptível que os professores também precisam de acompanhamento e não somente os estudantes. Os alunos procuram na escola incentivos que supram suas necessidades, que são as mais diversas e essas só podem ser alcançados se os mesmos se depararem com um professor seguro. Seu modo de agir é que satisfarão as necessidades e seguranças do educando, desta maneira o professor exerce autoridade fazendo com que os alunos o obedeçam, o respeitem, o admirem e até mesmo o ame, como um exemplo a ser seguido, uma liderança.

4 ANÁLISES DOS QUESTIONÁRIOS

Como foi proposto no início deste trabalho, foram aplicados dois questionários em uma escola de ensino médio, sendo um aplicado aos alunos do terceiro ano e o outro ao professor de física destes alunos.

Os questionários¹ foram aplicados na Escola Estadual Teotônio Vilela, situado no bairro Planalto em Uberlândia. Esta escola abriga alunos de todo o entorno do bairro, pois nem todos os bairros possuem escola de ensino médio. Os questionários foram aplicados para o professor e alunos do período noturno e tiveram como objetivo avaliar questões relacionadas ao método de ensino do professor, o relacionamento professor-aluno e um pouco sobre o relacionamento familiar dos alunos.

Além dos questionários também se realizou entrevistas individuais com professores e alunos, o que levou alguns dias, permitindo observar não somente a sala de aula do terceiro ano, mas conhecer todo o colégio. Também foi possível conhecer a direção e praticamente todos os professores do noturno que de maneira indireta participaram das entrevistas.

Da análise dos questionários, da observação da maneira como a direção e os professores se comportam com relação ao ensino e usando alguns referenciais teóricos, tentassem encontrar elementos que nos levassem a entender um pouco

¹ Os questionários se encontram nos anexos

melhor a questão da perda de autoridade dos professores em sala de aula, especificamente deste professor de física.

4.1 QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS

Apenas dezenove alunos, dentre dos vinte e quatro que se encontravam em sala de aula se dispuseram a responder o questionário. Foi pedido aos mesmos que justificassem suas respostas, porém nem todos atenderam ao pedido.

Primeiramente foi pedido aos alunos que definissem o que era autoridade. Quinze alunos entendem que autoridade está ligada a domínio unilateral e impositivo, "Autoridade é transmitir a mensagem de ordem sem dar razões", esta visão já havia sido definida anteriormente neste trabalho Arendt (1972/2001), autoridade é tudo que faz com que as pessoas obedeçam. Este conceito deve também ser estendido à escola, incluindo a sala de aula. Três alunos acreditam que a autoridade consiste num relacionamento recíproco, onde o respeito entre professor e aluno é mútuo.

Apesar da primeira pergunta ser mais geral, a segunda, foi mais incisiva, pois perguntou-se aos alunos se estes acreditavam que seu professor de física exercia autoridade em sala de aula. As respostas foram bastante interessantes, pois de certa forma elas contrapunham a definição que a maioria tinha de autoridade. Dos dezenove alunos, dezessete acreditavam que o professor exercia sim autoridade, no entanto ao justificarem esta resposta, os mesmos disseram que o professor respeita os alunos, é descontraído e quando preciso é um pouco mais enérgico com algum aluno que não esteja colaborando com a aula. Palavras de um dos alunos: "Sim, ele busca ao máximo o nosso respeito".

A maneira como eles vêem a autoridade do professor é diferente de como eles haviam definido na primeira pergunta. Isto deixa claro que a maior parte dos alunos não consegue definir o que é autoridade de uma maneira objetiva e coerente, ou seja, não conseguem ver a autoridade dissociada do "objeto" que a exerce, neste caso o professor, por isso, a contradição entre a definição e a aplicação. É importante salientar que pelo menos dois alunos alegaram que o professor não

exercia autoridade em sala de aula, pois segundo estes, não havia reciprocidade no respeito.

A terceira pergunta de certa forma é de foro íntimo, por isso, não se sabe até que ponto as respostas foram sinceras. Foi perguntado aos alunos como era seu relacionamento familiar. Dois alunos responderam que era um ótimo relacionamento, outros dois afirmaram não ser muito bom. No entanto, a grande maioria, ou seja, quinze alunos definiram seu relacionamento familiar apenas como bom, dentre estes, alguns de maneira implícita demonstraram que é um relacionamento de poucos diálogos, onde cada membro da família preserva a individualidade do outro.

A quarta pergunta também se referia ao professor. Do ponto de vista dos alunos, como era a metodologia de ensino, bem como o sistema avaliativo do professor de física? Dezesete alunos disseram que o professor era muito bom, era paciente em ensinar, utilizava muitas dinâmicas de ensino em sala de aula e distribuía as notas em todas as atividades e que seu método avaliativo era bastante justo. Apenas dois alunos não gostavam do sistema avaliativo, pois acreditavam que deveriam ter mais trabalhos e menos provas.

A quinta pergunta se referia ao aluno. Foi perguntado se acreditavam que o ensino influenciaria seu futuro. O objetivo desta pergunta foi verificar se os alunos realmente dão importância ao ensino, particularmente ao ensino médio. Todos foram unânimes em dizer que sim, acreditavam que o ensino tinha influência sobre seu futuro. Os motivos eram diversos, desde realização pessoal até conquistas no mercado de trabalho. Porém uma das respostas que mais chamou atenção foi que a conclusão do ensino médio era importante para entrar na faculdade.

A sexta pergunta talvez seja a mais recíproca de todas do questionário. Na opinião do aluno qual é a relação entre professor e aluno? Dezesseis alunos acreditam que é muito boa, tanto por parte dos alunos quanto por parte do professor. Pois para eles o Professor é descontraido e respeita os alunos e os mesmos correspondem ao professor. Três alunos acreditam que o professor desenvolve um bom relacionamento com os alunos, no entanto, existem alunos que não respeitam o professor.

A sétima pergunta novamente se refere ao professor. Seu professor de física demonstra domínio da matéria? Novamente todos foram unânimes em dizer que sim, anteriormente já faziam alusão às dinâmicas e metodologias usadas pelo professor, afirmando que o mesmo era muito bom. Em entrevistas com os alunos e também com outros estagiários de física no colégio, todos afirmaram que o professor possui domínio de conteúdo e isto também foi verificado pessoalmente em estágio supervisionado realizado no colégio.

A última pergunta feita aos alunos possuía um caráter geral. Foi perguntado quais os fatores, na opinião dos alunos, que comprometiam a autoridade do professor. Apesar de que estes fatores não estejam restritos apenas à escola, dezessete alunos vislumbraram somente a sala de aula, sendo que a resposta predominante destes alunos é que o professor perdia autoridade quando fazia brincadeiras inoportunas, deixava que a vida particular dos alunos ou do professor fosse mais debatida do que a própria matéria, também foi dito que existiam alunos que não colaboravam com o andamento das aulas e acabavam atrapalhando o exercício da autoridade e o ensino por parte do professor que perdia muito tempo chamando a atenção destes. Um aluno admitiu que o sistema público de ensino comprometia a autoridade do professor e também somente um aluno fez referência a um fator extra-escolar, afirmando que alunos que não respeitavam sua família também não respeitavam professores, "alunos que não respeitam ninguém que não tem educação nem em casa e fazem o que querem na escola".

O objetivo deste questionário era entender qual era a visão dos alunos com relação ao tema, as perguntas nos remetem a algumas análises. Dentre as visões de autoridade expostas no segundo capítulo, a autoridade poderia ser manifesta de duas formas: a autoritária, vinculada ao uso da força ou violência, e a por competência, que parte de uma admiração nutrida pelos subordinados a partir do prestígio e da capacidade (Araújo, 1999:41). Segundo esta visão percebe-se que o professor exerce a autoridade por competência, pois como foi verificado no questionário, a maioria das respostas nos levam a crer que o professor possui domínio de conteúdo, uma clara metodologia de ensino, boa comunicação com os alunos e um método avaliativo nada ameaçador, o que, por conseguinte evidencia a ausência de autoritarismo por parte do professor (La Taille, 1999:11).

Porém, não se deve esquecer-se do aspecto da disciplina, pois esta foi verificada em algumas respostas. Tiba (2002) afirma que o professor deve possuir domínio de conteúdo e boa metodologia para saber transmiti-lo, além de que o aluno precisa constantemente ser motivado para que se possa ser mais receptivo e disciplinado. Estes pontos foram identificados no questionário e nas observações feitas em sala de aula, o que nos leva a crer, que de um modo geral, esta sala de aula é disciplinada o que conseqüentemente favorece o exercício da autoridade do professor.

4.2 QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

Como no caso dos alunos, foi pedido ao professor que definisse autoridade. Segundo o mesmo é uma maneira simples de conduzir o conhecimento em sala de aula, mas que para isto, é preciso ter experiência. O professor relatou ainda que é importante diferenciar autoridade de autoritarismo, este último por sua vez, não deve mais estar presente na prática docente.

Quando perguntado se o mesmo se considerava um professor com autoridade em sala de aula. Respondeu que sim.

A terceira pergunta fazia referência aos alunos, se o relacionamento familiar dos mesmos refletia na indisciplina em sala de aula. O professor respondeu "Sim de maneira preponderante, a família ajuda na aprendizagem e alunos com famílias desestruturadas possuem dificuldade de aprender", ele entende que sim e com muita intensidade, segundo ele o colégio possui muitos alunos com famílias desestruturadas e que isto tem afetado não somente o comportamento dos alunos como também na aprendizagem dos mesmos.

Quando perguntado qual a lei que regia a educação, seu processo de formação e se conhecia os direitos dos alunos e professores, o professor respondeu que era uma lei de diretrizes e bases, que conhecia os direitos e deveres, que inclusive, possuía uma cópia desta lei em casa, entretanto, não sabia dizer como esta ela foi feita ou como modificá-la.

A quinta pergunta possuía um caráter mais geral. Quais os fatores que comprometem a autoridade do professor? Segundo o professor, o contexto social do aluno, a formação do professor e a própria administração do colégio, que em muitos momentos é omissa.

Perguntou-se qual a relação professor-aluno em sala de aula. O professor respondeu que sua relação é boa, mas reconhece que a maneira como esta relação ocorre atualmente se difere do passado, "O professor não deve ser o mesmo, pois a relação de autoridade mudou", foi-lhe então perguntado se preferia os métodos tradicionais. Respondeu que não é uma questão de preferência, mas de compreender que o relacionamento humano mudou nas salas de aula e por isso o professor deve adaptar-se com a realidade desta mudança, alega ainda que as Universidades não formam profissionais preparados para a docência, pois não abordam em seus conteúdos as mudanças históricas do relacionamento entre professor e aluno "Há falhas no processo de formação do professor na Universidade". Sendo assim, conclui o professor, que muitos educadores desistem da docência ou se acomodam por não se adaptarem às novas dinâmicas deste relacionamento.

Quando perguntado sobre sua metodologia e forma de avaliação, respondeu que a resolução de exercícios e listas predomina e que cada atividade em sala de aula é avaliada. Disse ainda que o terceiro ano possui quatro aulas de física semanais e atividades em laboratório o que é suficiente para a exposição do conteúdo proposto ao longo do ano.

O professor entrevistado possui regime de trabalho efetivo, porém acredita que os salários são desestimulantes para a prática de ensino. Desta forma, para que se tenha uma renda considerável é preciso trabalhar em outras escolas, o que esgota o tempo para a preparação de aulas e desgasta o professor que muitas vezes não tem disposição para ministrar mais cinco aulas diárias à noite, interferindo na aprendizagem e consequentemente na autoridade do professor que visualmente não está bem.

Por último, foi perguntado ao professor qual o seu grau de formação e se o mesmo continua a especializar-se. Respondeu que se formou em física pela

Universidade Federal de Uberlândia em 2005 e posteriormente fez um curso de robótica em São Paulo, no entanto a quantidade de horas trabalhadas o impedem de realizar mais cursos com qualidade.

5 AS DIFERENTES RELAÇÕES DE AUTORIDADE

A partir da análise dos questionários, das entrevistas pessoais e da observação da relação entre professor e alunos do terceiro ano, olharemos a relação de autoridade entre eles sob três referenciais teóricos distintos; imprimindo um ponto de vista sociológico, psicológico e libertador.

5.1 AUTORIDADE DO PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO

Apesar das diversas formas como a relação de autoridade possa ocorrer em uma escola, dois tipos serão analisados. Vasconcellos (2000) nos leva a entender que os primeiros constituem a chamada "escola tradicional". Nesta o professor parte do princípio que sua autoridade se manifesta quando há controle repressivo dos alunos, pois sem disciplina o professor fica desmoralizado. Para este, a classe deve estar em silêncio, ainda que aparentemente prestando atenção, não devendo dar liberdade aos alunos, pois a manifestação dos mesmos mais se assemelha a um terrível monstro subversivo. Esta prática pedagógica acaba distanciando professores e alunos, criando um verdadeiro "campo de batalha", que muitas vezes omite um ódio por trás de uma falsa harmonia, destruindo o relacionamento afetivo em sala de aula. Cria-se um relacionamento antagônico, onde apesar do "domínio" do professor, alunos e professores se tornam antagonistas.

Contrapondo esta prática existe a "escola liberal". Novamente outra contradição é encontrada, pois nesta, o aluno precisa ter responsabilidade de escolha, não se deve forçá-los a fazer algo que não queiram, pois qualquer tipo de repressão é incorreto. Professores que desenvolvem esta prática costumam ter fobia a certas palavras, como: autoridade, limites etc. Muitas vezes, as experiências de abuso de autoridade sofridas por esses professores, tanto na escola quanto em casa, ainda lhes marcam. Entretanto esta prática é apenas uma reação imediata à prática repressora. Ela não rompe com a tradicional, mas se coloca no mesmo nível.

Poderíamos chamá-la então de prática pseudolibertadora², pois trás consequências terríveis. Exaltando o descompromisso tanto do professor, que deve ser igual ao aluno não exercendo autoridade sobre o mesmo, que não é obrigado sequer a assistir as aulas, pois não deve ser “forçado” a fazer algo contrário a sua vontade.

O interessante é que os defensores da escola tradicional acabam tomando este resultado como afirmação da prática repressora, desta forma aprofundam sua metodologia, o que, por sua vez, novamente estimula a reação da prática pseudoliberal.

Segundo Vasconcellos (2000) surge uma oposição antipática entre estas duas práticas, na qual, uma sustenta a outra. Entretanto nenhuma delas fortalece o relacionamento entre professor e aluno, mas pelo contrário, aumentam as disparidades entre ambos, interrompendo o processo de aprendizagem. “Agiganta-se aos olhos dos alunos a imagem do professor como repressor e aos olhos deste aprofunda-se a certeza desanimante de que os alunos são perversos e imutáveis, constituindo-se no mal necessário para a ação educacional” Vasconcellos (2000 p. 32).

Poderíamos então identificar uma contradição entre liberdade e repressão. Porém o autor nos leva a crer que a verdadeira contradição está entre participação alienada e passiva versus participação consciente e interativa. A primeira diz respeito ao sujeito inserido no processo educacional. Partindo do sujeito alienado, que não é característico apenas da escola, fazemos menção a um processo social que coisifica a pessoa, tornando-a cada vez mais competitiva em um mundo consumista e incapaz de um relacionamento de respeito que se manifeste também na escola, inclusive na sala de aula, o que compromete a autoridade do professor. Isto nos leva a crer que o problema não se reduz somente à relação professor-aluno. Está na sociedade como um todo, por isso, não justifica o professor culpar somente os alunos pela indisciplina.

É importante entender que em uma sala de aula existem diversas pessoas diferentes umas das outras, quanto a sua história, valores, classe social,

² Segundo Vasconcellos (2000 p.30) é apenas uma falsa liberdade que não rompe com a prática repressora tradicional.

expectativas entre outras coisas. Quando o sistema educacional é visto como um processo de alienação, esta acaba transformando as diferenças em elemento de competição. Num universo tão diversificado como este, é difícil para um professor exercer autoridade e até mesmo ensinar. Afinal suas palavras não têm o mesmo significado para os diferentes alunos que possuem as mais diversas expectativas, principalmente quando o conteúdo da matéria não tem nada haver com a realidade de cada aluno e às vezes, nem o professor sabe justificar o motivo daquele conteúdo.

Este processo aprofunda ainda mais a coisificação do sujeito (professor e aluno). Desta forma o individuo não se reconhece como agente histórico de transformação. A sensação é como se ele estivesse em um ambiente onde os acontecimentos independessem de sua vontade, torna-se passivo. Este quadro é mais desanimador quando percebemos que os alunos estudam por obrigação e os estímulos (bons salários, formação continuada, estrutura física do colégio etc.) são quase inexistentes para que os professores continuem ministrando aulas. Concluimos, sob esta ótica, que a passividade e alienação dos sujeitos envolvidos no processo educacional inibem a figura de autoridade do professor.

5.2 AUTORIDADE DO PONTO DE VISTA PSICOLÓGICO

Aqui nós vamos buscar um viés psicológico nos vários autores que discutem a autoridade. Por exemplo, Aquino (cit. In La Taille 1996) no livro *indisciplina na escola* trata a questão do relacionamento humano, principalmente na escola, dentro de uma dimensão específica, ou seja, apresentando sua explicação em um nível particular de análise escolhido. No caso da indisciplina e desobediência em sala de aula, parte do enfraquecimento do vínculo da moralidade e do sentimento de vergonha.

5.2.1 VERGONHA E MORALIDADE NO CONTEXTO SOCIAL

"A vergonha pura não é o sentimento de ser tal ou tal objeto repreensível, mas, em geral, de ser um objeto, isto é, de me reconhecer neste ser decaído, dependente e imóvel que sou para outrem" (Sartre, 1943, p.336). Esta definição foge do senso comum, que tende a entender o sentimento de vergonha como o juízo

negativo dos outros. Porém aqui falamos de uma vergonha pura, pois se manifesta quando a pessoa descobre ser percebida pelo outro. Por exemplo, durante a apresentação de um trabalho em sala de aula, uma pessoa pode sentir-se envergonhada, não pelo fato de um suposto fracasso, mas por estar exposta ao público. Ao ser aplaudido também pode sentir vergonha, logo percebemos que o sentimento de vergonha aparece no constrangimento de se supor olhado pelo outro. Quando este olhar for crítico, provavelmente gerará um sentimento de desonra ou humilhação.

Admitindo esta definição de vergonha, fica claro que este sentimento é inevitável. *O autor ainda faz referência às crianças, quando tomam consciência de si mesmas, começam a manifestar este sentimento. Neste momento não é preciso que se olhe a criança de forma repreensível para que ela sinta vergonha, basta olhá-la fixamente que a mesma se constrangerá. Com o tempo a criança como também o jovem irão atribuir certos valores ao sentimento de vergonha, validando alguns olhares e invalidando outros. Estes valores ajudarão, num primeiro momento na construção da identidade do ser.*

Inicialmente, particularmente na criança, o juízo alheio terá grande influência nos valores associados à vergonha ou ao orgulho. O olhar repreensivo dos pais, por exemplo, num momento de erro, constrangerá a criança. Porém o elogio temperado gerará na criança o sentimento de orgulho, claro que elogios constantes podem surtir outro efeito, a criança pode sentir vergonha, pois pode interpretar que o motivo dos elogios constantes se dá por haver algum problema com a mesma.

Com o passar do tempo a autonomia se desenvolverá e os juízos alheios já não serão tão predominantes. Logo, mesmo quando ninguém assistir seu sucesso ou fracasso, a criança poderá sentir orgulho ou vergonha de seus atos. Apesar de esta autonomia variar de pessoa para pessoa, algumas podem nem sentir vergonha das críticas dos outros caso estes olhares não forem legitimados. Há inclusive, uma redistribuição de juízos, ou seja, o olhar do amigo pode acabar se tornando mais importante que o dos pais.

O que se verifica é que as pessoas associam esta percepção de si mesmas a valores positivos ou negativos, sendo que num geral a vergonha está relacionada aos negativos.

Geralmente qualquer situação pode ser causa de vergonha (ou de orgulho): vergonha de ser pobre, feio, baixo, rejeitado entre outras, mas uma situação em especial pode ser destacada. A vergonha ao ter agido contra um preceito moral. Assim, não podemos dissociar a moralidade da vergonha.

Surge daí uma questão interessante: poderíamos dizer que a moralidade se associa ao sentimento de culpa. Este sentimento condiz com um controle externo, ou seja, o olhar alheio, no entanto, também se refere a um controle interno, pois, quando tememos o juízo do outro, é porque de certa forma compartilhamos os mesmos valores daquela pessoa e decair aos olhos dela significa decair aos nossos próprios olhos. O conluio destes dois sentimentos: vergonha e orgulho, com o tempo, constroem a identidade do ser e consequentemente sua autonomia, esta é de suma importância no relacionamento humano, inclusive na sala de aula.

Passemos agora para uma análise do que Richard Sennett (1979) apontou para um declínio do homem público³. O homem pós-moderno é individualista, em geral se interessa apenas por seu pequeno grupo, seja família ou amigos, geralmente não se sensibiliza com a política, emancipação de direitos coletivos e tudo aquilo que foge do seu núcleo ou individualidade. Por isso, o espaço público o amedronta. Não significa que esse homem seja imoral, porém o espaço de sua ação moral é restrito, comumente manifesto apenas em seu núcleo (família e amigos). É como se a busca do reconhecimento público fora dos limites de seu grupo fossem nocivos a sua autenticidade (construção do seu Eu). Neste quadro é importante destacar que a busca do prazer, reconhecimento e sucesso se tornam cada vez mais individuais e importantes. A vergonha está mais relacionada ao fracasso individual do que a análise da opinião pública, com isso a moral perde valor no espaço público. A construção da personalidade humana do homem contemporâneo se torna cada vez mais particular e egoísta.

³ “Público não deve ser entendido como sinônimo de estatal. Público opõe-se a privado, portanto ao que é do indivíduo ou de um pequeno grupo de pessoas (como família, por exemplo). Neste sentido, a escola, mesmo particular, é espaço público por tratar-se de um lugar referenciado na sociedade como um todo” Aquino(1996).

Dito isto, podemos afirmar que em uma sala de aula a relação professor-aluno, bem como o exercício da autoridade do primeiro sobre o segundo pode ser analisada do ponto de vista moral. Quando há um enfraquecimento entre os vínculos da moral e da vergonha por parte do aluno, este possuidor de poucos valores morais não se importa com o juízo do outro (professor, administração escolar), na verdade não sentirá vergonha e nem orgulho de seus atos, sendo assim, o olhar repreensor do professor não terá valor, não se inclinando às ordens ou conselhos dele.

Outro ponto interessante nesta análise é o discurso da pedagogia atual que prega a importância da motivação pessoal do aluno para a obtenção dos resultados desejados. Novamente esfera particular predomina sobre o espaço público. Isto acaba gerando um valor errado no aluno que pode acabar considerando normal abandonar uma aula tediosa independente de sua importância e da capacidade intelectual do professor. Esta motivação egoísta pode tornar-se nociva ao desenvolvimento da autoridade do professor e da aprendizagem do aluno.

Por último, muitos alunos não sentem orgulho de serem alunos, por entenderem que a aquisição de sucesso e dinheiro não precisa ser intermediada pela escola se tornando irrepreensíveis por não darem valor à escola.

5.3 AUTORIDADE COM VIES LIBERTADOR

Freire (1996) em seu livro pedagogia da autonomia nos leva a algumas considerações sobre o aspecto da autoridade do professor em sala de aula. Ao longo do seu livro o principal ponto abordado pelo autor se refere ao relacionamento interpessoal. Como já foi dito anteriormente, uma sala de aula é composta por diversos alunos advindos de realidades diferentes. Não se pode desprezar a realidade sócio-cultural destas pessoas e nem sua bagagem intelectual, que deriva de seu aprendizado na escola e na vida.

Na visão de Paulo Freire, a autoridade do professor se manifesta através do diálogo, onde o professor deve saber escutar o aluno, pois somente assim ele saberá falar com o mesmo, compreendendo e respeitando as diferenças de cada pessoa. Para que o professor cative o aluno, além do diálogo, é preciso que possua segurança e competência profissional para ministrar aulas, ou seja, a formação do

professor interfere neste processo, além disto, o exemplo do professor é sempre importante, principalmente porque o processo de ensino-aprendizagem corresponde a implantar a convicção nos alunos de que a realidade está passível às mudanças e que estes são sujeitos de transformação, por isso não devemos aceitar os determinismos, no entanto, este ensinamento só é possível se o professor “viver o que prega”, e for uma liderança efetiva.

Pode-se ainda fazer referência à questão da consciência do inacabamento. O conhecimento não possui em si um caráter terminativo e o educador não pode se portar como o detentor das verdades finais sobre o objeto de estudo, este comportamento pode tornar-se autoritário. Partindo desta ótica, o professor muitas vezes se coloca na mesma posição que os alunos, mas, é importante destacar que isto ocorre quando da análise de um objeto, pois em sua obra, Freire defende que para que este processo de ensino-aprendizagem seja bem sucedido é preciso que haja disciplina em sala de aula, portanto um professor não deve permitir que o aluno confunda liberdade com licenciosidade, esta última se refere à falta de respeito pelas normas. Afinal a própria liberdade possui normas que viabilizam a democracia, pois a escola é constituída de um universo de pessoas distintas, sem regras (respeito) não seria possível uní-las e a criação de limites ajuda ao aluno desenvolver sua autonomia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de vários referenciais teóricos, com os três vieses adotados, e as observações realizadas durante o estágio no ensino médio, percebe-se que a questão da perda de autoridade é um fenômeno bastante complexo. Este possui diversas raízes interconectadas. Entretanto, com base nos estudos realizados é possível verificar que há pontos em comum entre os autores. O primeiro e talvez mais marcante é que uma sala de aula abriga pessoas distintas, com histórias, perspectivas e problemas diferentes, e a escola atual ainda não tem condições (profissionais em número insuficiente, formação inadequada dos educadores e ausência de projetos pedagógicos que envolvam a comunidade etc.) para tratar estas diferenças, sendo assim, não consegue cumprir seu papel, nem o de legitimar a autoridade do professor.

Outro ponto importante seria o sentimento de passividade compartilhado por todos os agentes da escola (professores, administração, alunos e pais indiretamente) que acabam aceitando a realidade de forma determinista, não se enxergando como agentes de transformação, logo a autoridade do professor se torna refém do sistema educacional. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, a reprovação só pode ocorrer no último ano do ensino médio. Estes são aspectos políticos, pois envolvem leis, e pelo questionário foi possível perceber que o professor sequer soube responder como se concebia uma lei.

Devemos também destacar a postura do aluno que não se sujeita a um mínimo conjunto de normas que gerem as relações interpessoais (neste caso professor-aluno), dando muito valor a sua realidade individual, porém se esquecendo que não é possível haver respeito se não houver valorização da opinião pública.

A perda de autoridade é um fenômeno complexo, que possui diversas variáveis, entretanto poderíamos eleger três pontos principais que podem contribuir diretamente para a reconquista desta autoridade em sala de aula. O primeiro seria o investimento governamental, escolas com boas estruturas físicas, maior número de aulas, menor número de alunos em sala de aula, melhores salários e uma equipe maior de profissionais que tenham condições de acompanhar os diferentes universos de cada aluno, daí a importância do voto enquanto exercício da cidadania, pois os administradores do nosso país são eleitos por sufrágio universal. O segundo seria a Universidade, enquanto Instituição formadora de profissionais, principalmente professores, deveria incentivar estudos em seus programas de licenciatura que abordassem a relação professor-aluno, evidenciando que esta relação é histórica e mutável e o professor deve estar pronto para adaptar-se ao dinamismo destas mudanças. Por último, o professor, que é o primeiro a ter contato com o aluno, sua autoridade deve basear-se no respeito ao aluno, responsabilidade no trabalho, formação continuada e principalmente entender que deve criar pontes com os alunos buscando compreender e valorizar a diversidade cultural de cada um.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Julio Groppa. "Alunos-problema" versus alunos diferentes: avesso e direito da escola democrática. *Pro-posições*, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 91-108, jul-nov. 2001.

AQUINO, J. G. *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas / organização Julio Groppa Aquino*. – São Paulo: Summus, 1996.

AQUINO, J.G. (org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas* São Paulo: Summus Editorial, 1999.

ARAÚJO, U. F. Respeito e autoridade na escola. In: AQUINO, J.G. (org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas práticas*. 7ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1999. p. 31-48.

ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. 5a edição. São Paulo: Perspectiva, 1972/2001.

CARVALHO, J.S.F. Autonomia e autoridade no construtivismo: uma crítica às concepções de Piaget. In: AQUINO, J.G. (org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas* São Paulo: Summus Editorial, 1999. p. 49-70.

CHANEL, E. *Grandes temas da pedagogia*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997.

DAVIS, C.; LUNA, S. (1991) A questão da autoridade na educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 76, fevereiro, pp. 65 – 70.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GUIMARÃES, A. *Indisciplina e violência: a ambigüidade dos conflitos na escola*. Indisciplina na escola. São Paulo: Summus, 1996.

LARA, L.C. *Porque as crianças não gostam da escola?* Petrópolis: Nova e Vozes, 1987.

LOBROT, M. A favor ou contra a autoridade. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LA TAILLE, Yves de. Autoridade na escola. Autoridade e autonomia na escola. São Paulo: Summus, 1999.

MARTINS, J. do P. Didática geral: fundamentos, planejamento, metodologia, avaliação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MONTEIRO, Milenna, Monografia: Indisciplina e agressividade: Prevenção e intervenção no contexto escolar 2008.

NOVAIS, Elaine Lopes, Linguagem & Ensino, Vol. 7, No. 1, 2004 (15-51): É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário? Colégio Pedro II, Rio de Janeiro

SANTOS, B. Gestão da sala de aula para prevenção da indisciplina: a importância da formação inicial. In: ESTRELA, A.; FERREIRA, J. (Orgs.). Indisciplina e violência na escola. XI Colóquio na AFIRSE, 2002. p 159-165.

SARTRE, J. P. (1943) *L' être et l' être n'ant*. Paris: Gallimard.

SENNET, R. (1979) *Les tyrannies de l' intime*. Paris: Seuil.

SETTON, M.G.J. As transformações do final do século: re-significando os conceitos de autoridade e autonomia. In: AQUINO, J.G. (org.). Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas práticas São Paulo: Summus Editorial, 1999. p. 71 a 84.

SWNS - SMALL WORLD NEW SERVICE", art. Sobre as dez profissões mais estressantes do mundo. 2010.

TIBA, Içami. Disciplina, limite na medida certa. São Paulo, Editora Gente, 1996.

TIBA, Içami. O desafio dos professores. Revista Profissão Mestre, fev. 2002.

VASCONCELLOS, C. S. Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola, 11ª ed. / Celso dos S. Vasconcellos. – São Paulo: Libertad, 2000. – (Cadernos pedagógicos do Libertad; v. 4).

8 ANEXOS

8.1 QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS

1ª – Defina autoridade.

2ª – Você acredita que seu professor de física exerce autoridade em sala de aula?

3ª – Como é o seu relacionamento familiar?

4ª – O que você acha da metodologia de ensino e do sistema avaliativo do professor?

5ª – Você acredita que o ensino influencia o seu futuro?

6ª – Em sua opinião como é a relação professor-aluno?

7ª – Seu professor de física demonstra domínio da matéria?

8ª - Quais os fatores, em sua opinião, que comprometem a perda de autoridade do professor?

8.2 QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

1ª – Defina autoridade.

2ª - Como professor de física, você se considera um professor com autoridade em sala de aula?

3ª – Você acredita que a maneira como o aluno se relaciona em casa reflete em sua indisciplina na escola?

4ª – Você sabe qual a Lei que rege a educação brasileira, qual o processo de formação desta Lei, bem como, conhece os deveres e direitos do professor e do aluno?

5ª - Quais os fatores que comprometem a perda de autoridade do professor?

6ª - Em sua opinião como é a relação professor-aluno em sala de aula?

7ª - Qual é a sua metodologia de ensino e forma de avaliação desenvolvida em sala de aula?

8ª - Seu regime de trabalho é efetivo ou contratado?

9ª - Você acredita que os salários pagos aos professores desestimula a prática de ensino?

10ª - Qual o seu grau de formação, desde quando e você tem continuado a especializar-se?